

ANÁLISE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA E AS IMPLICAÇÕES PEDAGÓGICAS EM ESCOLAS QUILOMBOLAS NO ENSINO REMOTO.

Fany Serafim Nascimento SMAS/RJ¹
Olindina Cirilo Nascimento Serafim SME/CEAFRO²

RESUMO

A oferta do ensino remoto emergencial, implantado por órgãos públicos diante do contexto adverso durante a pandemia do novo Coronavírus (Covid-19) foi um grande desafio para a educação escolar nos territórios quilombolas. Foram barreiras de muitas ordens enfrentadas por professoras/es, estudantes e as famílias quilombolas nesses contextos, antes que se possa garantir uma educação de qualidade. Nosso objetivo foi analisar a prática da educação escolar quilombola nos territórios diante de experiências vivenciadas na pandemia. Com base na análise de entrevistas realizadas com professoras que atuaram nas escolas quilombolas e professoras quilombolas que atuaram em escolas próximas das escolas pesquisadas, procuramos respostas para algumas indagações: como professores realizaram o planejamento pedagógico no contexto pandêmico e como acompanharam a execução das atividades pedagógicas pelas famílias; como de deu a prática docente, o acesso a equipamento e a internet pelos professores e pelos alunos durante o ensino remoto.

Palavras-chave: análise da prática da educação escolar quilombola; políticas públicas de educação; territórios.

The provision of emergency remote learning, implemented by public agencies in the face of the adverse circumstances of the novel coronavirus (COVID-19) pandemic, was a major challenge for school education in quilombola territories. Teachers, students, and quilombola families faced numerous barriers in these contexts before quality education could be guaranteed. Our objective was to analyze the practice of quilombola school education in these territories, based on experiences during the pandemic. Based on the analysis of interviews conducted with teachers who worked in quilombola schools and quilombola teachers who worked in schools near the schools studied, we sought answers to several questions: how teachers carried out pedagogical planning during the pandemic and how they monitored the implementation of pedagogical activities by families; how teaching practice developed; and access to equipment and the internet by teachers and students during remote learning.

Keywords: analysis of quilombola school education practices; public education policies; territories.

¹ Assistente social do Centro de Suporte Especializado da Assistência Social (CSEAS) Graduada no Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrante do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre Violência, Segurança Pública e Direitos Humanos (Nevi/UFES) e

² Doutora em Educação - UFF, Co-fundadora da Comissão Quilombola- CONAQ, parceira do CECAMPE Coletivo Nacional e Estadual de Educação Escolar Quilombola- CONAQ, parceira do CECAMPE Sudeste UFU. Membro do Grupo de Etnomatemática da UFF (GETUFF) Niterói – Brasil- Coordenadora da Educação Escolar Quilombola na SME/CEAFRO de São Mateus – ES.

Introdução

Este artigo que tem as contribuições de mãe e filha oferece um relato em primeira mão do campo e convoca uma escuta aos professores atuantes em escolas localizadas em áreas de remanescentes de quilombo sobre suas vivências ao longo do período de ensino remoto emergencial. Com base na análise de nove (9) entrevistas realizadas remotamente por Whatsapp e videochamada com esses professores no período da pandemia, as autoras chamam atenção para a ausência de políticas públicas de educação específicas para esses territórios, que possuem características, estruturas e culturas bastante particulares – e quiçá incompatíveis com o modelo de ensino remoto tal como adotado por outras escolas, em outros contextos. Usando o caso do território quilombola Sapê do Norte, nos municípios de São Mateus e Conceição da Barra, no Espírito Santo, podemos entender como a pandemia afetou professores, estudantes, comunidades escolares e também familiares.

Desde que a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a doença causada pelo novo Coronavírus, a Covid-19, passou a constituir uma Emergência de Saúde Pública, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (FORDE & FORDE, 2020), ações governamentais voltadas para a adaptação da oferta de educação no Brasil têm sido devastadoras, e particularmente, nas comunidades quilombolas.

Com base na declaração da OMS, organizações voltadas às comunidades quilombolas, como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq) foi a principal agente na organização da luta quilombola desde 1996, e no período que ocorreu a pandemia não foi diferente, mesmo sem praticamente nenhuma diretriz específica do governo, a Conaq desenvolveu ações para diminuir os números de infectados nas comunidades quilombolas. À época Conaq, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) criou um site chamado Quilombos sem Covid-19, que divulgava dados atualizados de infectados e óbitos da Covid-19 no Brasil e nos quilombos. Esse monitoramento aconteceu também com parceria dos quilombolas, que repassam informações de como se encontravam a situação no quilombo e em sua região. De acordo com esses levantamentos, apenas em quilombos no Brasil, até hoje, a análise apresentou 5.660 casos e mais de 300 mortes, embora se saiba que esse território à subnotificação impediu indicadores precisos (Quilombos sem Covid-19).

NASCIMENTO e SERAFIM, (2022) A invisibilidade da doença em territórios quilombolas revelou situações dramáticas, que não receberam a atenção devida das autoridades públicas e dos meios de comunicação. Dados da transmissão da doença em territórios quilombolas foram subnotificados conforme dito acima, pois muitas secretarias municipais de saúde deixam de informar quando a

transmissão da doença e a morte ocorriam entre pessoas quilombolas. Além da grande subnotificação de casos, situações de dificuldades no acesso a exames e denegação de exames a pessoas com sintomas foram relatadas pelas pessoas nos quilombos. A desigualdade do enfrentamento ao Coronavírus, ficou evidente nas periferias urbanas, o impacto foi arrasador nos territórios quilombolas houve alastramento de letalidade. A Conaq continuou chamando atenção para fatores estruturais alarmantes sobre as consequências o avanço da pandemia nos territórios quilombolas. (Conaq, 2020)

Os trechos acima destacados demonstram que a ausência do governo na ocasião impactou diretamente a vida dos quilombolas que não conseguiram enfrentar a pandemia de forma digna, reforçando a necessidade de políticas sociais que compreendam e trabalhem com base na realidade e nas especificidades locais e culturais quilombolas. Diante do avanço da pandemia tramitou a PL 1.142/20, fruto da mobilização e articulação de movimentos quilombolas e indígenas, que dispõe de medidas de proteção social para prevenção do contágio e da disseminação da Covid-19 nos territórios indígenas, estipulavam medidas de apoio às comunidades quilombolas e territórios tradicionais. As tragédias humanitárias se multiplicaram, e vários territórios quilombolas foram afetados pelas dificuldades impostas nas diversas formas em que o racismo se apresentou durante o processo da pandemia, impedindo o acesso das pessoas que vivem nas comunidades a determinadas políticas públicas às quais teriam direito por estarem situadas em localizações diferenciadas que demandam abordagens particulares que sejam respeitadas dos modos de vida locais. Partindo do contexto vivenciado pelo Brasil e pelo mundo com o surgimento da pandemia, propusemos analisar narrativas de professores quilombolas nesse contexto pandêmico no território quilombola do Sapê do Norte, no Espírito Santo.

Marco legal da educação em territórios quilombolas

Consideramos relevante analisar a prática escolar nas escolas quilombolas, questão fundamental para compreendermos como se efetiva o ato pedagógico entre a própria escola e os quilombos. Observamos como essa prática vem sendo disseminada enquanto conteúdo legítimo de comprometimento com a educação escolar. Nesse sentido, este trabalho teve em seus objetivos específicos analisar a articulação entre as práticas educativas docentes em escolas quilombolas, na oferta do ensino remoto em período de emergência como a covid 19. Não podemos deixar de sinalizar o direito universal à educação, no Brasil tem sido uma conquista dos movimentos sociais, entre esses, os movimentos sociais negros, os trabalhadores da educação pública, nas esferas

federal, estadual e municipal, tendo como principal referência a constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394/1996 (SERAFIM, 2011). No Brasil, no início de março de 2020, as aulas presenciais nas redes públicas (federal, estadual e municipal) e nas redes privadas foram suspensas considerando o agravamento da pandemia. Além da suspensão das aulas, outras atividades produtivas e de serviços consideradas não essenciais foram interrompidas parcial ou totalmente, o que de fato comprovou ser eficaz, já que, a despeito da grande quantidade de contaminados e mortos, onde se observados naquele período, houve um decréscimo dos números. Nesse sentido, o isolamento social representava de curto prazo a melhor saída para o enfrentamento da pandemia (CPPDH -ES, 2020).

Analizamos que a pandemia atingiu fortemente a população mundial, no Brasil não foi diferente, porém com um agravante, a população negra foi muito mais atingida de forma mais acentuadamente letal, o que consideramos ser decorrente do racismo estrutural que atravessa a sociedade brasileira. Para Forde & Forde (2020), a ideia de raça e o racismo participam, sistematicamente, no modo como as estruturas da sociedade brasileira organizam a produção de bens e serviços, Nas áreas da saúde, educação, economia, justiça etc., e como esses são disponibilizados à população. Assim, a categoria raça/cor não deve ser negligenciada na compreensão das desigualdades sociais e, sobretudo, na definição de políticas públicas. (FORDE & FORDE 2020, p. 5)

Nesse sentido, nossos estudos apontaram para a necessidade de apresentar estratégias de enfrentamento antirracistas no contexto das escolas quilombolas do Espírito Santo. De acordo com dados da agência Senado (2021), um ano após os primeiros casos de contaminação em território brasileiro pelo Sars-Cov-2 – o vírus que causa a Covid-19 as principais recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e da comunidade médica para aquele período foram para reduzir o risco de contrair a doença por meio do uso contínuo de máscara, a higiene com o corpo (as mãos) uso álcool em gel, reduzir aglomerações, mantendo o distanciamento, cobrindo a boca com o braço ao espirrar e sempre deixar as janelas abertas para circulação do ar em todas as circunstâncias.

Ação do Comitê Popular Proteção dos Direitos Humanos no Contexto da Covid-19 do Espírito Santo.

Contudo, ao pensarmos na realidade das escolas quilombolas essas recomendações se tornaram de execução, praticamente inviável, pois a arquitetura das escolas não possibilitava, por exemplo, distanciamento nem a utilização de tecnologias digitais alternativas, uma vez que sabemos que escolas em situação rural têm muito menos acesso a computadores e internet que aquelas em áreas

urbanas, tomadas como referência para políticas públicas desse tipo. Uma pesquisa realizada pela Cetic (2022), em 92% dos domicílios rurais faltavam dispositivos para acesso à internet, fundamentais para o remoto às aulas, e, no mesmo contexto, 76% dos professores se dizem desprovidos de habilidades para realizar atividades educacionais com alunos com o uso de tecnologias.

O retorno seguro às aulas (in) possibilidades do ensino remoto

Os resultados da análise mostrou que a oferta do ensino remoto com o uso de meios tecnológicos normalmente pouco utilizados em sala de aula foi uma novidade e um grande desafio para a maioria dos (as) professores (as), em particular os professores das escolas do meio rural, onde estão inseridas as escolas quilombolas, objeto do presente estudo. Nesse sentido, a prática docente nas escolas quilombolas durante a pandemia apresentou ações e reações dos professores no sentido de questionarem a oferta do ensino remoto emergencial nas escolas quilombolas, tendo sido revelado um cenário de pouco aprendizado e risco real de contaminação dos professores, alunos e famílias pelo vírus.

Considerando a realidade dos pais dos alunos do meio rural incluindo um número expressivo de analfabetos, à medida que o Ensino remoto emergencial previa a participação dos pais no processo de ensino-aprendizagem, estabeleceu-se o desafio de vislumbrar a maneira pela qual esses pais poderiam contribuir com os estudos dos filhos, para além do fato de eles mesmos serem produtores rurais que não pararam suas atividades durante a pandemia, sendo essas sua única fonte de renda familiar.

Conforme De Souza (2020) devido às suas especificidades, o ensino remoto expõe desigualdades históricas educacionais do campo, que, nesse processo, podem ser agravadas, trazendo danos irreversíveis à formação de milhares de alunos nesses contextos.

Ao discutir as implicações pedagógicas do “ensino” remoto, Saviani & Galvão (2020) destacam que, desde a década de 1990, o neoprodutivismo contribuiu consideravelmente para o esvaziamento da importância da educação escolar e dos conteúdos de ensino. A ênfase nas capacidades e competências que cada pessoa deve adquirir no mercado educacional é voltada para garantir melhores posições em um mercado de trabalho que não condiz à realidade local quilombola.

Para Behar (2020), acostumados à sala de aula presencial, docentes tiveram que deixar suas práticas conhecidas e reinventá-las. Para a autora, a grande maioria dos professores não estava preparada nem capacitada para exercer sua profissão dessa nova maneira já que o Ensino remoto emergencial (ERE) é uma modalidade que pressupõe o distanciamento físico e requer uma “concepção didático-pedagógica própria” (Behar, 2020).

A Educação a Distância é uma modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes, tutores e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. Ela possui um modo de funcionamento com uma concepção didático-pedagógica própria. (BEHAR, 2020). A pandemia mexeu com toda a estrutura da educação nacional. Nas escolas quilombolas inseridas no meio rural, a situação se torna ainda mais complexa. A interrupção das atividades escolares criou a necessidade de mudança na rotina dos professores. As professoras nas escolas quilombolas precisam encontrar alternativas para a rotina escolar fugindo de práticas com as quais já estavam acostumadas em seu cotidiano. Essa situação proporciona novas reflexões e novos aprendizados para professoras, alunos e suas famílias como no relato abaixo:

Os desafios, as tecnologias avançadas pois muitos não estavam preparados para lecionar no EAD, nem as famílias estão preparadas, e outros desafios das famílias é ajudar nas atividades em casa, a relato de muito estresse. (entrevista concedida dia 02/10/2020)

O que buscamos neste trabalho foi sinalizar para a importância da modalidade de educação escolar quilombola, considerando a existência de um arcabouço jurídico favorável composto pelo conjunto das políticas educacionais no campo da diversidade, instauradas desde a LDBEN nº. 9.394/1996. Além dos dispositivos jurídicos, o cenário no qual se insere a educação escolar quilombola conta com elementos do Plano Nacional de Implementação da Lei nº.10.639/2003 (BRASIL, 2009). Todo esse cenário em movimento inclui a modalidade de educação quilombola instituída pela resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

De acordo com Saviani & Galvão (2021), o “ensino remoto” se popularizou no contexto da pandemia, o isolamento social, necessário para impedir a expansão da infecção por Covid-19, fez com que as atividades presenciais nas instituições educacionais deixassem de ser o “normal”. A estratégia utilizada está sendo a EaD. Saviani & Galvão (2021) corroboram com a situação vivenciada nas escolas quilombolas ao afirmarem:

Salientamos que conhecemos as múltiplas determinações do “ensino” remoto, entre elas os interesses privatistas colocados para educação como mercadoria, a exclusão tecnológica, a ausência de democracia nos processos decisórios para adoção desse modelo, a precarização e intensificação do trabalho para docentes e demais servidores das instituições. (SAVIANI & GALVÃO 2021, p. 38)

Assim, essa pesquisa se esforça por discutir essa avaliação dos autores sobre o atual cenário, buscando reunir narrativas de professores quilombolas. Focamos nas respostas dadas a duas perguntas com base em narrativas das professoras. As respostas das professoras nos possibilita

elaborar afirmações sobre as dificuldades do ensino remoto nas escolas quilombolas que tem representado verdadeiras barreiras para o processo de ensino-aprendizagem. Apresentamos a seguir diversos fatores pelos quais a modalidade do ensino remoto deva ser questionada quando se trata de escolas quilombolas.

Achados relevantes do trabalho de campo

Para as escolas do meio rural, o trabalho proposto pelas secretarias municipais de educação no território do Sapê do Norte³, foi o ensino remoto, atividades realizadas pelo setor pedagógico e pelas professoras, atividades estas que são impressas em formato de apostilas e entregues nas casas das famílias. Os professores das áreas rurais, incluindo os professores quilombolas, elaboram as atividades e enviam para o administrativo da secretaria avaliar, imprimir, enviar novamente para as professoras, que vão de casa em casa das famílias fazer a entrega das atividades e recolher as atividades já realizadas pelos alunos. Os municípios disponibilizam transporte no período de 15 dias para as professoras fazerem a entrega das atividades, e recolherem aquelas que foram entregues no período anterior.

Tal estratégia tem resultado em um grande esforço por parte dos professores nas escolas quilombolas que buscam atender à modalidade do EaD como sinalizado no relato a seguir,

Não está sendo fácil. Nós vamos até a casa das pessoas entregar e com todo aquele cuidado para não se aproximar da família, chega nas casas, entrega as atividades, de longe, com máscara, usando álcool em gel. Vamos de 15 em 15 dias entregavam e recolhiam as atividades realizadas para corrigir. Alguns famílias não conseguiram ensinar as atividades enviadas. (entrevista concedida 12/09/2020)

A entrega de atividades nas famílias representou uma das preocupações dos professores, porque sabem que algumas famílias têm dificuldades em acompanhar as atividades dos filhos. Os docentes também se preocupam em associar o conteúdo ao momento da pandemia vivenciado por todos.

A narrativa dos professores a respeito do ensino na pandemia indica que, alguns profissionais não dispõem das condições necessárias para o acesso a essa modalidade de ensino, alguns profissionais demonstraram não ter acesso à internet de qualidade e habilidade com os instrumentos necessários (PC, celular e tablet), ferramentas indispensáveis para o bom desempenho de alunos e professores.

Outra percepção é a de que alguns profissionais não têm habilidade com as novas tecnologias e se mostraram alheios às informações, seja nos monitores em casa ou em alguma orientação

³ O Sapê do Norte está localizado ao norte do Espírito Santo, na faixa litorânea compreendida por dois municípios, São Mateus e Conceição da Barra. O movimento quilombola calcula que haja atualmente em torno de 4.500 famílias residentes e resistindo nas terras do território.

disponibilizada por meio de instrutores técnicos para atualizá-los indicados pela secretaria de educação dos municípios. As dificuldades são ainda maiores quando os docentes não recebem nenhuma formação para a utilização de ferramentas tecnológicas necessárias ao desenvolvimento das atividades remotas, conforme as narrativas.

Estes estudos reiteram a importância de se compreenderem os contextos para os quais políticas públicas são desenhadas evidentemente, no cenário impremeditado da Covid-19, medidas preventivas e de resposta às condições impostas tiveram que ser tomadas, e muitas dessas decisões foram centralizadas e universais, não levando em conta as particularidades referentes aos diferentes tipos de localização de escolas nem, sobretudo, as variações dentre esses mesmos tipos de localidades. Evidentemente, mesmo diante das escolas chamadas rurais, existem enormes diferenças de perfis que merecem ser contemplados. Políticas públicas que desejem eficácia necessitam de um olhar mais cuidadoso para essa diversidade, do contrário, estarão fadadas ao insucesso.

Com base em Candau (2012) nos propõe a respeito da construção de práticas pedagógicas, é possível planejar e organizar nas escolas das comunidades quilombolas atividades culturais que resgatem e mantenham viva a resistência a um modelo que insiste em rejeitar as manifestações trazidas pelas crianças. Atividades essas que integrem família/escola/comunidade e possibilitem que o aluno tenha liberdade, autonomia e segurança para construir seu processo de identidade na escola, a partir das vivências na comunidade. Buscamos considerar as relações estabelecidas na família, no grupo cultural, étnico e social, mediadas pelas relações, assim como estabelecer relações com outros grupos, sem que isso signifique a negação de referenciais adquiridos na comunidade a qual pertence. Segundo Gusmão (2017) a instituição escolar é o cenário da ação educativa em que atua o professor. Nesse sentido, é preciso pensar a questão educacional como realidade complexa, sujeita a uma trama de múltiplas relações sociais, o que nos faz perceber que, na educação, diferença e docência são palavras pouco inocentes. O que o movimento quilombola almeja a educação escolar quilombola sendo realidade nas escolas quilombola e nas escolas que recebem estudantes quilombolas. O movimento vê uma esperança de mudança com a nova política do governo federal com a criação da PNEERQ . A instituição da Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola - PNEERQ, criada no âmbito do Ministério da Educação - MEC, por meio da conjugação dos esforços da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, com a finalidade de programar ações e programas educacionais voltados à superação das desigualdades étnico-raciais na educação brasileira e à promoção da política educacional para a população quilombola. Objetivo com a criação da PNEERQ, é fortalecer ações e programas educacionais sobre relações étnico-raciais e a educação escolar quilombola.

Serão impactados 5.570 municípios das 27 unidades federativas, (MEC, 2024). As fotos abaixo nos mostra as tradições e modos de vida intrínsecos nas escolas quilombolas.



Foto da pesquisadora - 2022.



Foto da pesquisadora - 2022.

Referências

- BEHAR, P. A. (Org.). 2019. “Recomendação pedagógica em educação a distância”. Penso, universidade e sociedade, n. 67. Disponível em: <https://dtcom.com.br/ensino-remoto-emergencial-ere-versus-educacao-a-distancia-ead-principais-diferencas-e-a-vantagem-de-se-tornar-ead/>
- BRASIL. Casa Civil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. Cadernos 2- Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas. Brasília: MEC/SECAD, 2007.
- _____. Decreto Nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007_2010/2010/decreto/d7352.htm>. Acesso em: 05/02/2019.
- _____. Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Resolução CNE/CEB nº1 de 03 de abril de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 05/02/2019.
- _____. Ministério da Educação. Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Escolar Quilombola (Pneerq) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi). Acesso em: 02/09/2025.

CETIC. 2021. TIC Educação 2021 - Edição Covid-19 - Metodologia adaptada. Disponível em: <https://www.cetic.br/media/analises/tic_educacao_2021_coletiva_imprensa.pdf>.

Conaq (Brasil). 2020. Quilombos sem Covid 19. 2020. Disponível em: <<https://quilombosemCovid19.org/>>. Acesso em: 06/2020.

DE SOUZA, E. 2020. “Escolas do campo e ensino remoto: vozes docentes nas mídias digitais”. Revista Cocar, v. 14, n. 30. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3753>> Acesso em: 05/2022

FORDE, G. H. A.; FORDE, R. P. 2021. “Impactos da Covid-19 na população negra capixaba: breve análise comparada à luz da categoria raça/cor”. Estudos africana/NEAB UFES. Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/bitstream/10/11478/1/ARTIGO_Covid-19_e_populacao_negra_capixaba.pdf>. Acesso em: 06/2021.

NASCIMENTO e SERAFIM. Educação escolar quilombola e as implicações pedagógicas do ensino remoto em escolas quilombolas, Revista Desigualdade & Diversidade [n. 22 | 2022 | p p . 75 - 87].

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. 2021. Educação na Pandemia: A falácia do “ensino remoto” Disponível em: <<https://www.sintese.org.br/download/educacao-na-pandemia-a-falacia-do-ensino-remoto/ANDES-SN>>. Acesso em: 01/2021.

SERAFIM, O. N. Educação escolar quilombola: memória, vivência e saberes das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, Escola de São Jorge. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2011.

SERAFIM, Olindina Cirilo Nascimento. Prática docente na pandemia em territórios quilombolas do espírito santo: aquilombar para aprender e ensinar. 2022.

201 p.: il. Orientador: Maria Cecília de Castello Branco Fantinato. Tese (doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, Niterói, 2022.